

ANC P 3

# As lições da Constituinte

2 - MAI 1988

ALBERTO GOLDMAN

FOLHA DE SÃO PAULO

No capítulo dos direitos individuais, a Constituinte está produzindo expressivos avanços. Dentre eles novos institutos asseguram o seu cumprimento.

Nos direitos sociais a solução dada à garantia de emprego é razoável, se se considerar o contexto do nosso sistema capitalista de produção. O direito de greve foi garantido e a independência e autonomia da organização sindical estão preservadas. A liberdade de organização dos partidos também é absoluta, sem limitações.

No capítulo da administração pública a Constituinte estendeu benefícios de forma bastante liberal. Até o populismo prevaleceu e nenhuma conquista foi abalada.

Já no sistema de governo ocorreu o esperado. Manteve-se o sistema presidencialista que sempre foi, repito, sempre foi o desejo majoritário dos constituintes e corresponde à tradição não só brasileira, mas latino-americana. Porém no capítulo do Poder Legislativo restabeleceu-se o equilíbrio com o Executivo e as mudanças produzidas garantem o Estado democrático representativo. O Legislativo passa a ter poder real, inclusive em matéria orçamentária e financeira. O Executivo teve seus poderes limitados.

No capítulo do sistema tributário as mudanças foram sensíveis, con-

cretizando o desejo de maior autonomia dos Estados e municípios.

Recentemente, no título da ordem econômica os setores mais conservadores e retrógrados foram claramente derrotados garantindo-se a prevalência dos interesses e da soberania nacionais. E mais adiante, na ordem social, não tenho dúvidas de que se encontrarão os caminhos para o equilíbrio entre os interesses sociais da coletividade, a ação do Estado e a presença da iniciativa privada.

Em resumo, a Constituição que teremos, já se pode afirmar, será claramente avançada, moderna e progressista e o Estado de Direito democrático assegurado para permitir o livre desenvolvimento das lutas sociais e políticas, únicas capazes de assegurar uma real distribuição das riquezas produzidas pelo trabalho.

A quem devem ser creditados tais avanços?

Sem dúvida, ao núcleo central da Constituinte, ao PMDB. Dito de outra forma, o PMDB, a sua maioria expressiva, o seu eixo central, apesar dos abalos e dos desacertos, vem cumprindo, rigorosamente, os seus compromissos públicos, garantindo a transição democrática. Agora, com os pés no chão, os seus líderes vem mostrando ampla capacidade de negociação, construindo o bloco

hegemônico capaz de conduzir as principais questões para a obtenção de vitórias expressivas. Libertos da inconsequência e da doença infantil do esquerdismo, por um lado, e da pressão da direita rançosa, de outro, as lideranças peemedebistas paradoxalmente afirmam aquilo que, às vezes, tentaram esconder: é possível e é necessário manter a unidade do segmento majoritário do partido, não só para concluir a Constituição mas para trabalhar com o horizonte da consolidação da frágil e tenra democracia conquistada.

As divergências sobre a posição do PMDB com relação ao governo Sarney não podem ter a força de promover uma profunda ruptura interna. Mesmo porque não fomos ainda capazes de propor alternativas claras e viáveis para a condução do governo que tivessem sido liminarmente recusadas. Dívida externa, dívida interna, déficit público, prioridades para investimentos, programas sociais, política salarial — não estamos respondendo à medida de nossa força e de nossa responsabilidade. Nem o respaldo nas horas decisivas pudemos dar quando o governo se mostrou disposto a avançar. Somente agora, a partir ainda de iniciativas isoladas — do governador Santillo e do vice Almino Affonso e mais recentemente do governador Quéricia — tenta-se propor programas emergenciais que

enfrentem a crise. Ai sim, está uma tarefa essencial e urgente do partido que deve jogar o seu peso para vencer a luta no seio do próprio governo pelo qual é responsável. Para podermos pretender ganhar esta parada a unidade interna é mais que necessária: é fundamental. Se pudermos na Constituinte negociar soluções para as instituições políticas, econômicas e sociais do país — algo mais perene e de interesses mais profundos — por que não podemos fazê-lo em relação a um plano de governo para conduzir o país nos tempos mais imediatos?

Em suma os fatos na Assembléia Constituinte provam que o PMDB não encerrou seu papel, que sua maioria é democrática e progressista, que a negociação externa e interna é necessária e possível, que é um patrimônio da luta do povo brasileiro que não pode, levianamente, ser descartado. Não é à toa que a direita torce e trabalha pela sua divisão. Ela sabe o que lhe interessa. A nós interessa o contrário: a unidade. Claro que é difícil. Existem contradições regionais profundas. Tenho certeza porém que, afinal, os interesses maiores da nação prevalecerão.

ALBERTO GOLDMAN, 50, engenheiro, é secretário especial de Coordenação de Programas do Estado de São Paulo (governo Quéricia) e foi deputado federal (PMDB-SP).